



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 3

Sessão Ordinária Novembro/Dezembro

1.º reunião em 20/12/2017

Aos vinte dias do mês de Dezembro do ano dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pelas Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia e Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Maria da Glória Oliveira Neto Leite, Francisco José da Silva Ferreira, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Fernando Sérgio Ferreira Carvalho, Miguel António Costa da Silva, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Raúl Ventura Martins, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, João Carlos Rodrigues Morgado, Virgínia Maria Melo Matos, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Filipe Seça Neves Barbado Guerra, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião não houve faltas de deputados.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, José Agostinho Ribau Esteves, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Luís Miguel Capão Filipe, Manuel Oliveira de Sousa, João Francisco Carvalho de Sousa, Joana da Fonseca Valente.

Faltou nesta reunião da sessão o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola e Maria do Rosário Lopes Carvalho.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta sessão dos vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão e Rita Alexandra Monteiro Baptista, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Joaquim Albertino Simões Oliveira e António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto.⁰⁰²

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Antero Marques dos Santos, se fez substituir nesta reunião da sessão por Miguel António Costa da Silva.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1 – Apreciação e votação da proposta da delimitação de Área de Reconstrução Urgente para Habitação ou Atividade Económica;**
- Ponto 2 – Informação sobre a Atividade Municipal de 05SET17 a 11DEZ17;**
- Ponto 3 – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2018;**
- Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2018;**
- Ponto 5 – Apreciação e votação da proposta de Derrama 2018;**
- Ponto 6 – Apreciação e votação da proposta de Participação variável no IRS – Ano 2018;**
- Ponto 7 – Apreciação e votação da proposta da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2018;**
- Ponto 8 – Apreciação e votação da proposta de Atualização de Taxas - RUMA (Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro) e RMTOR (Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas);**
- Ponto 9 – Apreciação e votação da Adenda aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Aveiro e as Juntas de Freguesia de Esgueira, Requeixo, Nª Sra de Fátima, Nariz, e Santa Joana, de 2017;**
- Ponto 10 – Apreciação e votação dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Aveiro e as Juntas de Freguesia do Município de Aveiro para 2018;**
- Ponto 11 – Apreciação e votação da proposta de prestação de serviços na área dos seguros – autorização de repartição de encargos para os anos 2018 a 2021;**
- Ponto 12 – Apreciação e votação da Delegação da Competência Genérica para autorização prévia de compromissos plurianuais no Presidente da Câmara;**
- Ponto 13 – Apreciação da Declaração da alteração por adaptação ao PDM para compatibilização com o Programa da Orla Costeira - Ovar Marinha Grande;**
- Ponto 14 – Proposta de Recomendação à Câmara - anunciada pelo grupo municipal BE;**
- Ponto 15 – Propostas de Recomendação à Câmara - anunciadas pelo grupo municipal PAN.**

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Continuando, o Presidente da Mesa, deu nota da correspondência recebida e das actividades onde esteve presente em representação da Assembleia Municipal. Informando os Senhores deputados que as GOPs para o ano de 2018, enviadas pela Associação de Municípios do Carvoeiro-Vouga, assim como todo o expediente se encontra disponível para consulta no serviço de apoio da Assembleia.⁰⁰³

Continuando, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas das sessões anteriores⁰⁰⁴ em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia, de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes.

Acta n.º 62 – Sessão Ordinária Setembro (mandato anterior) – reunião realizada em 08-09-2017: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Votaram os seguintes deputados: Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Henrique Manuel Morais Diz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Miguel António Costa da Silva, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Seíça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Filipe Seíça Neves Barbado Guerra.

Acta n.º 63 – Sessão Extraordinária em Setembro (mandato anterior) reunião realizada em 15-09-2017: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Votaram os seguintes deputados: Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Miguel António Costa da Silva, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seíça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, João Carlos Rodrigues Morgado, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Filipe Seíça Neves Barbado Guerra.

Acta n.º 01 – Sessão de Instalação – reunião realizada em 23-10-2017: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Não votaram os membros sucedâneos presentes nesta reunião da sessão.

Acta n.º 02 – Sessão Extraordinária em Novembro – reunião realizada em 17-11-2017: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Não votaram, dos presentes, os seguintes membros: Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto.

De seguida, o Presidente da Mesa fez a apresentação de dois Votos de Pesar,⁰⁰⁵ subscritos por todos os grupos municipais, seguido da realização de um Minuto de Silêncio, na sequência do falecimento dos cidadãos, Dr. Joaquim Silveira e Eduardo Raposo Rodrigues de Sousa (Atita). Sendo aprovados por unanimidade.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa, informou o plenário que a munícipe Maria João Fernandes,⁰⁰⁶ residente em Lisboa, estava inscrita para o intervir «*relativamente ao ocorrido com o jazigo de Família de João Pedro Soares, onde se encontrava sepultado Silva Rocha e toda a sua Família. Uma proposta sucinta à Câmara Municipal de Aveiro para a sua resolução.*»

Maria João Fernandes⁰⁰⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁸

“Boa-noite a todos. Quero dizer à Dr.ª Maria João Fernandes que tomámos boa nota daquilo que disse. Infelizmente quis-se transpor este processo para os Tribunais. Lamento muito. Fiz aquilo que entendi por bem para o evitar. Mas neste momento este é um processo judicial e obviamente exige de todos nós a devida reserva e tratamento.

Oxalá que tenhamos o espaço e a capacidade para o retirar dessa esfera porque, acho que não é a esfera adequada para tratar de coisa nenhuma do que está em causa. Mas para já essa é a opção da família, que nós respeitamos, e obviamente os nossos mandatários estão a gerir na Câmara e da Junta de Freguesia de Glória e Vera Cruz e obviamente nesta fase esta matéria não pode ter exposição pública, como é particularmente óbvio. Temos um processo judicial em curso, continuarei a diligenciar para que ele seja substituído por um patamar de negociação que possa repor aquilo que é sensato e não deixar anátemas sobre aqueles que não têm que o ter. Mas esta não é a fase para tratar aqui porque este é um processo judicial. Muito obrigado.”

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Mesa deu início⁰⁰⁹ ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁰

“Boa-noite a todos. O PAN vai reincidir nos animais de companhia abandonados e na forma como a Câmara Municipal está a gerir todo o seu procedimento, da recolha dos animais (vivos e mortos), na gestão que está a fazer na ausência aparente do Veterinário Municipal em todas as suas tarefas incluindo essas...”

Presidente da Mesa:

“Senhor deputado, desculpe interromper. Eu procurei dar um esclarecimento prévio sobre as características de antes da ordem do dia. O Senhor deputado é subscritor de propostas que fazem parte da ordem do dia. E terá ocasião de as defender. Portanto agradecia que cingisse a sua intervenção aos assuntos que entenda que não estão cobertos pela ordem do dia, está bem. Muito obrigado.”

Vogal Rui Alvarenga (PAN):

“Eu entendo que este não está! Na medida em que são circunstâncias que ocorrem quotidianamente no nosso concelho, nomeadamente nas freguesias mais periféricas. Temos tido reuniões com pessoas que nos têm feito apelos relativamente à resolução destas matérias e estes assuntos não estão a ser tratados e portanto é uma questão de perguntar em que pé é que estamos relativamente à gestão que a Câmara está a fazer nesta matéria. Portanto eu acho que a proposta que está ordem do dia é diferente. É muito mais profunda e não tem que ver com as circunstâncias atuais desta matéria. Nós o que queremos saber é como é que neste momento a Câmara gere a ausência de Veterinário, como é que recolhe os animais, quais são as entidades que têm protocolo com a Câmara para fazer este serviço, quais os registos que neste momento estão a ser realizados? É um ponto de partida para depois podermos partir para a resolução futura. Mas o que eu queria saber do Senhor Presidente é qual é o ponto de situação actual. Obrigado.”

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos. Senhores Deputados. A aprovação do Orçamento de Estado para 2018 dá novos passos no caminho de reposição, defesa e conquista de direitos, novos avanços inseparáveis da contribuição do PCP e, naturalmente, da luta que tem vindo a ser desenvolvida pelos trabalhadores e pelas populações, exigindo a recuperação de direitos e rendimentos usurpados nestes últimos anos de política de direita, de PEC, de Pacto de Agressão e particularmente em resultado da ação do último governo do PSD/CDS.

É verdade que a situação do País, a dimensão dos problemas acumulados, a resposta estrutural que o País necessita não encontra a resposta plena. Contudo isso não desvaloriza o que o Orçamento do Estado incorpora de novos avanços. Nele se consolida e confirma o que foi até agora alcançado e se inscrevem novas medidas em sentido favorável aos direitos e interesses dos trabalhadores e do povo.

Medidas e avanços que um governo de maioria do PS nunca adotaria, como nunca no passado adotou. Avanços e medidas que só não vão mais longe porque o governo do PS se mantém amarrado a opções e compromissos que limitam e impedem uma resposta mais substantiva aos problemas estruturais do País.

Temos afirmado que se deve olhar não apenas para o que se tem alcançado, mas para o que enfrentaríamos hoje se o papel e a iniciativa do PCP não tivessem sido decisivos para interromper a ação do governo PSD/CDS. Sendo isso inteiramente verdade impõe-se igualmente registar o que foi possível repor e conquistar.

A contribuição do PCP para novos avanços foi, devemo-lo dizer com toda a verdade, decisiva.

Uma contribuição que está muito para lá do valor da nossa intervenção na Especialidade onde foi possível melhorar o Orçamento do Estado com as mais de 40 propostas aprovadas entre as 150 propostas que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República.

O que de mais decisivo e importante o Orçamento do Estado para 2018 consagra havia já sido inscrito na Proposta de Orçamento com a intervenção do PCP.

Aquelas que são três das marcas mais importantes deste OE são indissociáveis da ação e insistência do PCP. O novo aumento extraordinário de pensões; a redução do IRS para os trabalhadores e reformados com a criação de dois novos escalões e o aumento do chamado “mínimo de existência”; o descongelamento da progressão de carreiras, que a par da reposição do valor do trabalho extraordinário, do trabalho noturno e das horas de qualidade dá continuidade à eliminação das restrições de direitos dos trabalhadores.

A que se devem acrescentar três importantes medidas, que foram assumidas como compromissos por intervenção do PCP e concretizadas na Especialidade – a eliminação do corte de 10% no subsídio de desemprego, o aumento dos impostos sobre grandes lucros e a gratuidade dos manuais escolares.

O OE para 2018 vale pelo que inscreve de novo, pelo que prolonga de avanços adotados em 2016 e 2017 e pela expressão que adquirem muitos dos progressos feitos.

São muitas as propostas inscritas no Orçamento para o próximo ano e que vão dar resposta a problemas dos trabalhadores, dos reformados, dos jovens e de outras camadas da população.

No domínio do apoio social, temos além da referida eliminação do corte de 10% no subsídio de desemprego, que beneficia mais de 90 mil desempregados; o alargamento do apoio aos desempregados de longa duração; a contagem do serviço militar obrigatório para efeitos de reforma; o reforço do apoio às pessoas com deficiência.

No domínio dos direitos de quem trabalha consagrou-se além já referido a revisão da tabela salarial dos assistentes operacionais; a eliminação dos obstáculos à progressão dos docentes e a devolução do direito ao subsídio de Natal por inteiro em 2018.

Por iniciativa do PCP foi defendida essa conquista que a pretexto da troika se procurou eliminar, disfarçando por via dos duodécimos os cortes nos salários e o aumento dos impostos.

O novo aumento extraordinário das reformas, faz com que em dois anos mais de um milhão de pensionistas tenham um aumento acumulado superior a 22 euros e cerca de 900 mil, um aumento superior a 13 euros.

No domínio da política fiscal, demos novos passos para uma maior justiça fiscal, com propostas do PCP como a criação dos dois novos escalões do IRS — um alívio fiscal para 2 milhões e oitocentas mil pessoas que terão uma redução efetiva de imposto, em 2018, que pode ascender a 198 ou 293 euros por pessoa, consoante se aplique o 2.º ou 3.º escalão e também com o aumento do “mínimo de existência” temos a isenção ou redução do IRS até 480 euros para mais 190 mil trabalhadores e reformados.

Acresce a eliminação da sobretaxa do IRS e o aumento dos impostos às empresas com lucros superiores a 35 milhões de euros.

Mas também propostas para responder a problemas noutras domínios, com impacto nos sectores produtivos, como por exemplo a proposta que foi aprovada de alteração dos custos da tarifa social do gás natural ou aquela que garante a redução de custos com revisão legal de contas para as micro, pequenas e médias empresas ou a renovação de apoios à agricultura e à pesca criados anteriormente por proposta do PCP.

De relevo temos também as medidas consagradas na defesa e promoção dos serviços públicos.

Particularmente importante foi a aprovação da proposta do PCP para desbloquear os investimentos nas áreas da saúde, da educação e dos transportes, excepcionando-os das cativações, bem como a inscrição da contratação de trabalhadores a partir do levantamento das necessidades dos serviços públicos.

Mas também o congelamento das custas judiciais. E no domínio da saúde, entre outras, o aumento do número de unidades de cuidados de saúde na comunidade.

Também no domínio do melhoramento do acesso à educação e da cultura se registaram avanços com a aprovação das propostas do PCP, nomeadamente com o alargamento que se assegurou da gratuitidade dos manuais escolares aos 200 mil alunos do 2.º ciclo, passando a abranger os primeiros seis anos de escolaridade, num total de 555 mil crianças; a redução do número de alunos por turma; o reforço dos meios de educação especial; a melhoria das condições das salas de rede pública de pré-escolar; o programa de emergência do património cultural e a redução do IVA para instrumentos musicais.

No quadro do Programa Integrado de Combate a Incêndios e das 44 propostas apresentadas pelo PCP, de apoio às vítimas dos incêndios, defesa da floresta, valorização da agricultura familiar e do mundo rural e promoção do desenvolvimento regional — 10 foram aprovadas.

Termino. Com este conjunto de medidas de avanço não são negligenciáveis, mas não iludem uma questão central. O Orçamento do Estado agora aprovado é um orçamento da responsabilidade do governo do PS.

É um Orçamento condicionado pela opção do PS de não enfrentar as imposições da União Europeia e nem romper com os interesses do grande capital, e que isso impede ir mais longe como era necessário. Tenho dito.”

Presidente da Mesa⁰¹²

Vogal Virgínia Matos (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹³

“Muito obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos antes de mais. Neste ponto de antes da ordem do dia, o BE gostava brevemente de trazer dois assuntos à discussão, que apesar de serem distintos acabam por estar relacionados — pelo menos geograficamente.

Em primeiro lugar, o Bloco de Esquerda teve conhecimento, através da comunicação social, das redes sociais e por denúncia dos moradores, da situação de uma moradora com mobilidade reduzida, que não consegue sair de casa, pelos seus próprios meios, há mais de um ano, pois as condições da estrada que passa em frente à casa dela são deploráveis. É extremamente difícil a circulação de pessoas, quer de quaisquer veículos motorizados, nesta estrada em frente à casa desta senhora. Estou a falar da Senhora que mora em Verba.

Segundo também as informações que o Bloco de Esquerda pode apurar, a estrada ficou nestas condições devido à passagem dos camiões para as obras da empresa Riablades.

Posto isto, o Bloco gostaria de saber o seguinte: Se a Câmara tinha conhecimento da situação da moradora e que diligências que tomou para a resolução da mesma?

Em que ponto está o projeto para a reparação da estrada em questão e se já foram apuradas as responsabilidades da empresa Riablades para a imputação de encargos a assumir, uma vez que o Sr. Presidente disse a uma jornalista “a Riablades é uma empresa alemã e os alemães não gostam de abrir os cordões à bolsa”.

E saber, se o Sr. Presidente respondeu efetivamente à jornalista da SIC, onde nós podemos também ter acesso à informação da forma que foi veiculada pela mesma — citando a jornalista, o Presidente respondeu-me e passo a citar «Não quero saber dessa senhora para nada... eu quero saber de todas as senhoras, quero que todas tenham a possibilidade de ir ao café».

Se esta foi realmente a resposta dada pelo Senhor Presidente, esta situação parece-nos grave. E dado que esta situação se desenrola há mais de um ano e segundo a própria moradora tanto a junta de freguesia como a CMA têm conhecimento da situação, nós consideramos que é grave que nada tenha ainda sido feito.

Relembramos o Sr. Presidente que este foi eleito para defender os interesses dos aveirenses e que existem mecanismos legais para obrigar as empresas com a Riablades a assumir os encargos dos estragos que causou, mesmo que não gostem de abrir os cordões à bolsa.

Em segundo lugar. O bloco teve a oportunidade de verificar in loco as condições desta e de outras estradas na zona de Verba e tive eu própria a oportunidade de fazer o percurso do autocarro da linha 10, que faz um percurso por estradas em muito más condições, tão esburacadas ou mais que aquela onde a senhora habita e de dimensões muito reduzidas, que para o autocarro passar mais nenhum veículo pode passar na estrada. Isto aumenta grandemente o tempo de percurso do autocarro, torna-se inseguro e impossibilita o cumprimento dos horários do mesmo transporte.

Verificámos também a existência de diversas paragens naquela zona que não estão em condições de as populações estarem à espera do autocarro. Seja pela inexistência de passeios naquela zona, mas também a paragem perto da povoação do chão Velho que não só está afastada da zona residencial, como se encontra no meio de uma zona de mata, no meio do nada, literalmente, que é densamente arborizada, não possuindo qualquer tipo de iluminação, nem na paragem, nem nas estradas de acesso e sem nenhum tipo de abrigo para se aguardar o autocarro.

Esta situação é insustentável, principalmente nesta época de inverno em que escurece muito cedo e esta paragem é usada quer por crianças quer por idosos, e aquilo sinceramente durante a noite é um local extremamente perigoso.

O Bloco gostaria de saber quais as medidas que a CMA pretende adotar para a resolução destas situações. Obrigada.”

Vogal Joaquim Oliveira (PS)⁰¹⁴

Vogal Fernando Nogueira (PS)⁰¹⁵

Vogal Marques Pereira (PS)⁰¹⁶

Vogal Raúl Martins (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁷

“Muito boas noites a todos. Eu é para falar da recuperação da Quinta da Torre, da casa que foi de Joaquim Jose de Queirós. Com uma nota prévia dizer que eu penso que o Eça de Queirós foi dos maiores escritores portugueses – julgo que todos o reconhecemos.

Mas também dizer que o seu avô, Joaquim José de Queirós (Conselheiro Queirós) foi um homem de uma grandeza incomensurável e que efetivamente ajudou na flamula, na bandeira de Aveiro, ainda hoje drapeje a flamula da liberdade.

Desde sempre achei que aquela casa, a Quinta da Torre, e eu morei sempre ali perto, deveria ser recuperada. Deveria ser ali feito um tributo de homenagem ao homem que numa era importante de Aveiro, fez Aveiro completamente diferente. Como sabemos ele foi o grande urdidor da revolução liberal. E foi ali que se juntaram as grandes personalidades da época, designadamente o pai do nosso José Estevão, Francisco Resende, enfim, todos aqueles heróis que um pouco por Aveiro, os que daqui são, conseguimos ver a sua memória respeitada em ruas e pracetas.

Eu lembro-me que a primeira intervenção que fiz sobre isso foi com o Dr. Girão Pereira, quando ele numa altura alterou a tabuleta que lá estava a dizer que iria ser recuperada e a tabuleta já estava podre e teve de alterar essa tabuleta. Mas agora dizem-nos que vai ser recuperada — e bem.

Mas eu acho, e talvez numa maneira estar talvez diferente, eu acho que aquilo que está pensado está a ser mal feito. Ou seja: hoje da Quinta da Torre hoje o que sobra exatamente é um bocado de uma parede central, não tem paredes nenhuma interiores, tudo isso já ruiu. E existe um problema fundamental. É que aquela casa tem um desalinhamento muito grande relativamente à via e, portanto, fica coartada a hipótese de por ali se fazer a grande entrada sul da Universidade de Aveiro, quando (no meu entender) respeitando a memória de todos, poderia ser feita a reprodução daquela casa e deslocalizá-la, se calhar mais económico do que recuperar aquelas paredes. Ficariam as cantarias, o brasão está no Museu e devia ser lá colocado. E daria hipótese de meter lá, porque da maneira que está não dá porque irá ocupar a faixa de rodagem, e seriam bom para todos, mesmo para o homem que vai investir naquele terreno (não sei quem é), parece que se vai fazer um restaurante e não sei quantas mais, e podia ser bom para todos. E, principalmente, não impediria que essa “alameda” pudesse ser feita, sendo que o valor histórico daquela parede que se vai recuperar só vai criar problemas à própria construção. Disse.”

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰¹⁸

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁰

“Umhas breves palavras para relembrar uma data não muito distante no tempo, mas que se vai esquecendo aos poucos. Falo do 25 de novembro de 1975. Data a partir da qual se consolidou a democracia através da ação de um conjunto de militares que discordavam do caminho que a instituição militar estava a seguir. Como por exemplo, juramentos de bandeira de “punho erguido”; as detenções sem mandato; o desrespeito pela propriedade privada, que as nacionalizações então efetuadas foram a prova.

A partir daquela data foi possível a consolidação da democracia. Com o apoio dado à ação militar pelo CDS, pelo PPD e pelo PS. Democracia que nos permite a todos estarmos aqui hoje a debater ideias divergentes, mas a irmos com tranquilidade para as nossas casas e retomar amanhã o nosso quotidiano. Ao contrário de países onde ditaduras mascaradas de democracia, ou plenamente assumidas, usam as forças da ordem para imporem as suas ideias que não foram sufragadas.

Outro assunto que eu gostaria de referir tem a ver com o facto de Aveiro e a sua região continuarem a ser escolhidos por marcas estrangeiras para aqui realizarem os seus filmes publicitários. Aconteceu nos últimos meses com a cerveja Sagres e com a marca de roupa espanhola Agatha Ruiz de la Prada.

Esses filmes ajudam à imagem e divulgação de Aveiro e são mais um fator da sua promoção junto de milhões de consumidores em todo o mundo. A esta divulgação publicitária acresce naturalmente Aveiro se estar a considerar um destino de congressos com grande dimensão, com a consequente receita gerada para a Câmara, mas também para os agentes económicos, nomeadamente os do sector turístico.

Relativamente a este aspecto lanço o desafio à Câmara de começar a pensar na ampliação do Centro de Congressos, seja através da negociação com a tutela do Instituto de Formação e Emprego, seja através de um projeto a médio prazo para realocação dos serviços municipais. Disse.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰²¹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²²

“Boa noite a todos. Nesta primeira Assembleia ordinária desejava saudar o Senhor Presidente da Mesa, os Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Caros Colegas desta Assembleia, Exmos Cidadãos, Exmos Jornalistas. Sendo esta a primeira sessão ordinária deste mandato, nesta bancada do PSD, e falando em nome da bancada do PSD e do CDS, ou seja falando em nome da Aliança com Aveiro, não poderia deixar aqui de registar alguns factos em relação às eleições autárquicas e aos resultados que nelas aconteceram.

Lembro que é a primeira assembleia ordinária e o primeiro PAOD no mandato.

Em relação a Aradas, onde se previa ser difícil, tivemos na pessoa da Catarina Barreto uma vitória à “Ronaldo”. Tivemos na Glória e Vera Cruz, o presidente que vinha de um mandato em minoria e teve uma vitória largada e confortável. Em Esgueira onde também se previa muitas dificuldades, provou-se que quando se fala verdade as pessoas acreditam. E que nem sempre um mais um são dois.

Em Oliveirinha, bem o meu amigo Firmino Ferreira teve uma vitória a fazer lembrar o saudoso Armando Vieira. Enfim, a vontade do povo, a expressão livre dos cidadãos na maior e única verdadeira sondagem, a das urnas, teve o excelente resultado para a Aliança com Aveiro. Em Vereadores passámos de cinco para seis. Na Assembleia passámos de vinte um para vinte e dois. Nas Juntas passámos de sete para oito. Nos mandatos das juntas passámos de cinquenta e seis para sessenta e um. Nos mandatos autárquicos nacionais passámos de oitenta e nove para noventa e sete.

Consequentemente tivemos a eleição do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro para Presidente da CIRA e a eleição para vice-Presidente da ANMP.

Com estes resultados nesta bancada não consideramos que tenhamos ganhado nada, só tivemos mais votos expressos nas urnas. Quem ganhou foi Aveiro e os Aveirenses. Esta é a nossa presença aqui, esta é a nossa legitimidade. Esta é a legitimidade da Aliança com Aveiro para continuar o trabalho em prol de Aveiro e dos Aveirenses.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²³

“Seguirei a lógica do mandato anterior e que o Sr. Presidente, além do mais, tem defendido aqui na Assembleia, não com grande sucesso, mas também estamos todos a começar. Eu tratarei no Período Antes da Ordem do Dia as matérias que não estão na ambiência da actividade municipal ou da Ordem de Trabalhos. Foi sempre assim que fiz, com uma ou outra exceção que, seguramente, também acontecerão ao longo deste caminho de quatro anos. Manter-me-ei fiel a esse princípio. Reponderei a tudo nos pontos respectivos, nomeadamente, hoje, no ponto dois sobre a actividade municipal.

Sobre as questões fora desta ambiência, três notas.

Primeiro em relação à Lei do Orçamento do Estado para referenciar que, finalmente foi conhecida a versão que foi entregue ao Sr. Presidente da República para promulgação. Há sempre um período entre a votação no Parlamento e a redação final, que ficou disponibilizada exatamente na noite da passada segunda-feira. Além de tudo aquilo que o Filipe Guerra disse, e do que não disse, obviamente que falou dalgumas componentes do Orçamento, chamo a atenção para dois aspectos que se ligam com a nossa vida e com questões que temos para tratar e para gerir, nomeadamente a do artigo duzentos e vinte e sete onde o Governo disponibiliza, ridiculamente, dois milhões e um euro para apoiar a construção de centros de recolha oficiais de animais. Repito o número: dois milhões e um euro. A estimativa orçamental do Centro de Recolha Oficial da Região de Aveiro é de dois vírgula cinco milhões de euros. Só para termos uma noção daquilo que é a vontade e a aposta política do Governo nesta matéria. Dois milhões e um euro, artigo duzentos e vinte e sete.

Em relação ao Código do IMI, temos uma alteração ao artigo trinta e cinco A que é muito importante e que lutámos muito por ela de outra forma. Ela acaba por fazer aqui o equilíbrio entre as várias propostas. É uma boa notícia, a primeira era má, esta é boa. No fundo é a permissão para que as Câmaras FAM possam escolher uma taxa de IMI, que não a taxa máxima, desde que demonstrem a capacidade de satisfazer integralmente os encargos decorrentes do seu Programa de Ajustamento Municipal, usando, essa foi a novidade que a redação final traz, a figura da revisão dos programas definida no artigo trinta e três da Lei FAM. Falaremos depois sobre isso, já solicitámos formalmente a revisão do nosso Programa. Obviamente que temos que ter condição financeira para vir a propor uma alteração da taxa tirando proveito desta proposta, ainda é proposta mas seguramente será lei, para nós podermos vir a usar durante o exercício de dois mil e dezoito.

Noutras matérias, pego na questão que o Casimiro Calafate trouxe. De facto o Orçamento traz mais más notícias porque o problema grave que temos com os jacintos no Rio Vouga, e noutras zonas do país, nomeadamente o Guadiana, são duas das zonas mais graves em termos da praga dos jacintos, está desvalorizado no Orçamento do Estado que não dá ao ministério do Ambiente dinheiro para fazer o seu trabalho. O tempo em que a Agência Portuguesa do Ambiente, que o Casimiro Calafate referenciou, tinha verbas, fazia acordos com as Juntas de Freguesia, para fazer investimentos de recolha, na fase correta da recolha que é quando eles começam o seu crescimento, em pleno verão, acabou porque a Agência Portuguesa do Ambiente concluiu que não é sua competência tratar destas matérias, concluiu que é competência do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, concluiu com o acordo do ICNF. A verdade é que o ICNF diz aquela coisa muito simples «não temos dinheiro». E, portanto, não há dinheiro e acabou a conversa. E assim ficamos, e assim andamos já há alguns anos. Se a memória não me atraiçoa o último ano em que houve dinheiro para protocolos com as Juntas de Freguesia foi em dois mil e doze ou dois mil e treze, foi num desses anos até porque nós tivemos o primeiro problema quando chegámos à gestão da Câmara tendo acabado essa dotação. Eu próprio

já fui testemunha de discussões inacreditáveis entre a APA e o ICNF para saber de quem é a competência e quem tem o dinheiro. Neste momento julgo que é claro que a competência é do ICNF apenas não há dinheiro. E era importante que nas dotações do Orçamento do Estado que dão para tanta coisa, tirando proveito do crescimento da receita que o país está a ter, uma parte fosse para tratar deste problema que é, de facto, um problema grave. Digo pouco porque está tudo dito e bem dito pelo Casimiro Calafate. É uma situação inadmissível do Ministério do Ambiente porque, além do mais, estão todos dentro da mesma casa. Estamos a falar do Ministério do Ambiente e de investimentos que são pequenos, nós não estamos a falar de nenhum investimento de outra dimensão, de milhão ou de dezena de milhão. Não estamos a falar de nada disso. Estamos a falar de intervenções financeiramente de pequena monta. A verdade é que o Ministério do Ambiente não assume as suas responsabilidades. O problema não é de dezembro. Eu lembro-me de uma ação, em meados de setembro, na Colectividade Popular de Cacia, aliás são as minhas primeiras fotografias, ainda estão no meu telemóvel, são do manto verde longo em pleno Rio Novo do Príncipe em frente às instalações do Centro Náutico do CPC. Temos que prosseguir esta luta. É evidente que a Câmara de Aveiro e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro já se disponibilizaram, e já o repetimos várias vezes, para podermos protocolar esta gestão e fazermos nós. Estamos a reparar os rombos do Baixo Vouga, no Rio Vouga na zona do seu troço baixo. Já fizemos obras em dois mil e quinze, no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, e acabámos de adjudicar obras no valor de quase um vírgula três milhões de euros. Adjudicámos uma parte em Estarreja e já lançámos os concursos para a parte de Albergaria-a-Velha e de Aveiro e que são cerca de oitocentos mil euros. Porquê? Porque temos um protocolo com a Agência Portuguesa do Ambiente, negociámos esta competência, negociámos o seu suporte financeiro para o investimento, e as coisas correm bem. Portanto, haja essa disponibilidade para que, por delegação de competências, verificando que, de facto, o ICNF não tem, não é só dinheiro, jeito, nem gente, nem conhecimento do território porque o ICNF está, cada vez mais, num prédio alto em Lisboa e cada vez menos nos quatro cantos do território nacional, onde nós precisamos de o ter. Lembro sempre que basta uma curta visita à Reserva das Duas de S. Jacinto para verificar como é que o ICNF gere parcelas do território, além do mais que têm um elevadíssimo risco de incêndio. Portanto, faço aqui a ponte entre as duas intervenções para responder às duas questões. Prosseguimos a nossa atenção e as nossas diligências junto do Ministério do Ambiente para que se façam as coisas. Enquanto com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) a interação é fácil, o contacto é muito fácil, e reactiva. A APA é uma instituição que fala, ouve, escute e age, pelo menos em parte daquilo que é preciso. O ICNF não fala, não ouve e não age. É um problema delicado, complexo, que, obviamente, cabe ao Sr. Ministro do Ambiente e ao primeiro-Ministro resolverem. Nós prosseguimos todo o nosso trabalho de diligência e de contacto para que as coisas funcionem de forma correta e diligente, a bem da gestão do país.

Apenas uma terceira nota para subscrever aquilo que o Jorge Greno disse sobre o 25 de Novembro, a história precisa de cuidar muito melhor de um dia capital para a democracia portuguesa, na complementaridade com o 25 de Abril, ele próprio capital para a democracia, mas ela só se consolidou para não estragar o movimento de instalação que estava em curso por esse trabalho tão importante nesse dia que culminou a 25 de Novembro. Permitam-me que subscreva a declaração.”

Ponto 1 – Apreciação e votação da proposta da delimitação de Área de Reconstrução Urgente para Habitação ou Atividade Económica.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 16/11/2017, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰²⁴ deu a palavra Presidente da Câmara para apresentação dos documentos.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁵

“De forma simples e breve. A matéria dos incêndios abordarei no ponto seguinte. Este é um acto administrativo para que nós possamos usar as boas disponibilidades que este diploma trouxe para tratarmos de um conjunto de matérias ligadas especialmente às empresas e às habitações afetadas pelos incêndios. De forma óbvia levámos à Câmara e de forma óbvia trazemos à Assembleia Municipal para ficarmos com esta capacidade legal disponível para usarmos no nosso território que foi afetado.”

Membros da Assembleia

Vogal Virgínia Matos (BE)⁰²⁶

Vogal Sara Tavares (PS)⁰²⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁸

“É muito delicado tratar esta matéria. Nós temos a relação dos edifícios, foi feito todo o levantamento. Temos um edifício empresarial e temos sete edifícios de habitação. Não pertencemos ao grupo dos grandes danos. Estamos no grupo dos pequenos danos. Os danos estão cadastrados de cinco mil euros para baixo, cinco mil a vinte e cinco mil euros e depois superiores a vinte e cinco mil euros. Na habitação os valores são todos inferiores a cinco mil euros. Na empresa é que não; o dano que tivemos na empresa que foi afetada toca os quatro milhões de euros. Mas isso tem um outro tratamento, diferenciado. A delicadeza, e agradeço a compreensão disso, é que nós não tivemos habitações completamente afetadas. A peça principal da habitação não foi afetada, o que tivemos foram anexos e peças complementares. E a delicadeza maior que este processo tem é nós usarmos uma lei e regulamentos municipais para peças que não cumprem a lei nem os regulamentos municipais. Portanto, temos que ter cuidado. A ideia, obviamente, é ajudar mas quando a lei se põe a ajudar as operações que não a cumprem plenamente isto é muito delicado. Estamos a trabalhar com a CCR que é quem está a coordenar todo este processo, com as pessoas envolvidas, para podermos dar esses passos com qualidade. Mas há aqui algumas delicadezas. No caso do armazém afetado também temos uma situação muito única. É que não é uma empresa que está em causa, mas são duas empresas. Há uma empresa que é dona do edifício e a empresa que operava o edifício é inquilina, arrendatária; o que causa uma distorção naquilo que é a aplicação linear dos preceitos. Felizmente está-se a conseguir que toda a parte do edifício seja coberta, naquilo que é a construção de um novo porque nada se aproveita do velho, pelo seguro. A operação de dar vida nova à parte da operação da empresa Moviflôr que foi afetada vá buscar os apoios que estão disponibilizados para essa operação. Embora estudando uma hipótese em que estamos todos a trabalhar de ser numa nova localização. Porque se as questões ligadas à delicadeza do processo da velha ampliação dos Armazéns Reis estivessem

tratadas nada disto teria acontecido à Moviflôr, aconteceria a outra entidade que ocupasse o edifício que foi completamente devorado pelas chamas.

Este trabalho está plenamente feito. Estamos, neste momento, na fase da apresentação da candidatura, nas diligências de pormenor com a CCR e com um pormenor mais complexo com a empresa por causa de termos esta duplicidade, e também na parte florestal, da rearborização das zonas contíguas às linhas de água. Isto divide-se em vários componentes e toda essa operação está em curso.

Como esta matéria já se mistura um bocadinho com aquela que vou abordar a seguir, aqui ganhamos o direito legal de termos toda a zona que os preceitos legais tratam. Depois há estas delicadezas daquilo que os preceitos legais não podem tratar que são as coisas que não são legais. E aí está a nossa principal delicadeza.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰²⁹ Ponto 1 – Apreciação e votação da proposta da delimitação de área de reconstrução urgente para habitação ou atividade económica, sendo o mesmo aprovado por maioria unanímica (PSD16+CDS6+PAN1+PS11+BE2+PCP1).

Não houve declarações de voto.

Ponto 2 – Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 05SET17 a 11DEZ17.

(O texto da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo).

O Presidente da Mesa deu a palavra⁰³⁰ ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita da Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³¹

“Apenas três notas de destaque. Uma delas é exatamente esta matéria dos incêndios, já lá volto. Deixar como primeira nota, aliás o Manuel Prior falou nisso há pouco, com o privilégio e assumpção da responsabilidade com muito gosto de ter sido eleito Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, ter sido eleito vice-Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Tenho o maior gosto que assim tenha sido e assumirei, também com muito gosto, essas duas responsabilidades e com grande determinação de fazer bem nessas duas dimensões tão importantes da vida da Região de Aveiro e da vida do país. Comigo vai aquilo que eu sou na base, que é Presidente da Câmara Municipal de Aveiro. Além de defender os interesses da Região de Aveiro e do país, dos trezentos e oito municípios portugueses, em cada um desses patamares tratarei, no equilíbrio das relações nacionais e regionais, tratar de defender os interesses do nosso município, o que, além do mais, faço com relativa facilidade como o fiz no mandato que terminou há pouco.

Em segundo lugar dar nota da dinâmica que estamos a ter nesta fase inicial do mandato no que respeita o lançamento de concursos, de obras, de adjudicações, execuções e inaugurações. Há um vasto conjunto de operações desta natureza em curso. Boa parte dela está explicitamente referenciada na informação da atividade municipal, outra parte que não está. Nunca somos, como sabeis, exaustivos nestas explicações. Mas gostava de realçar, no que respeita aos concursos, um concurso especial que não é construção municipal de raiz, mas é dar vida a uma obra municipal que está a terminar e que é a qualificação dos cinquenta e cinco fogos do Bairro de Santiago e que está na recta final. Desses cinquenta e cinco fogos, quarenta e dois estão a ser alvo do tal concurso público

para entrega em regime de arrendamento social nos termos que aprovámos no nosso regulamento de Habitação Social. É uma obra muito importante que está a terminar e a propiciar que aqueles que venham a ganhar o concurso tenham uma habitação condigna e com a devida qualidade, devidamente modernizada e atualizada com todas as regras que estes fogos têm que ter.

Dar nota do lançamento do concurso do Cais dos Pescadores de S. Jacinto, da sua nova versão.

Nas adjudicações, realçar a adjudicação das obras na Casa da Juventude. Já estamos a tratar dos pormenores de arranque da obra, a vida da Casa fora da Casa porque é incompatível ela ter vida naquele edifício enquanto a obra decorrer, e os pormenores com o empreiteiro para o arranque da obra.

A adjudicação das duas obras muito importantes e delicadas dos sistemas de eclusas: a eclusa principal do Canal das Pirâmides e a comporta do Canal do Paraíso. Estão as duas adjudicadas e seguem também os atos preparatórios do início da sua execução.

Nas obras também dar nota do arranque, embora um arranque que já tem muita evolução, da obra do Jardim da Gulbenkian e a outra parte da obra, que é a mesma empreitada, dos parques do bairro da Bela Vista que já estão terminados e já ao dispôr dos nossos concidadãos, nomeadamente das nossas crianças porque uma das peças do parque da Bela Vista é um Parque Infantil.

Dar nota de uma obra muito incómoda, muito querida, que está em franco desenvolvimento e que é a qualificação total, que é na prática a construção de uma via nova, que é a Rua da Maritona e do Conselheiro Arnaldo Vidal, em Oliveirinha. Uma operação que está em plena execução e que consiste em destruir a estrada que existia, construir redes de águas pluviais e de distribuição de gás natural e construir uma via nova com passeios, com tratamento de bermas, passadeiras, algumas delas sobre-elevadas para gestão da velocidade nalguns troços onde há propensão para velocidades maiores do que aquilo que é de lei. É uma obra que também já está em pleno desenvolvimento e que merece esta nota de destaque.

Quanto às inaugurações, uma palavra muito especial para a inauguração do relvado sintético do Barroca, cumprindo um compromisso que tínhamos assumido e que herdámos, além do mais, da Câmara anterior e que propicia ao clube e à sua gente condições com qualidade, atratividade, para a prática do desporto e mais especificamente do futebol, para a dinamização e vitalidade de uma associação sem fins lucrativos que é muito importante no nosso município, nomeadamente na zona onde está sediada a sua instalação.

Terceira nota em relação aos incêndios. Parte já disse há pouco para responder à Sara Tavares, mas queria agora dizer o seguinte. A operação que estamos a fazer é uma operação com várias frentes. A primeira frente é esta, a de procurarmos, o mais rapidamente possível, cumprindo as regras porque estamos a usar instrumentos de lei, as verbas do Orçamento do Estado e dos Fundos Comunitários, portanto não se podem usar de qualquer maneira. Estamos numa região, e temos que ter essa consciência, que é a Região Centro onde habitações totalmente destruídas foram mil e quinhentas. É verdade que nós tivemos um problema mas o nosso ao pé do problema de outros municípios e do conjunto é um pequeno problema, apenas é grande para quem o sofreu, temos que gerir essa realidade objetiva. Estamos na fase de tentar transitar das formalidades para as operações, com algumas dificuldades que foi algumas pessoas quererem começar antes do tempo, o que perturba o enquadramento das validações para a entrega do dinheiro. A disponibilidade de empreiteiros é um problema complexo; toda a gente está a ter dificuldades de disponibilidade de empresas de construção civil para fazer todas estas operações que estão em mãos, havendo, naturalmente, uma pressão da CCR para que as situações mais graves tenham uma resposta mais rápida, mais pronta, e todas as

operações ligadas à gestão do futuro. Já há legislação nova, alguma preocupante, nomeadamente a da limpeza das zonas florestadas contíguas às áreas urbanas ou industriais e também às bermas de arruamentos. Não quero dizer que é impossível, nada na vida é impossível, mas é objetivamente muito difícil cumprir o levantamento até quinze de março e a execução até ao final de maio, sabendo que uma grande parte, a esmagadora maioria das áreas em causa, são áreas privadas e ainda não temos instrumentos legais uma entrada da entidade pública sem problemas em território da entidade privada. Está quase claro que naquelas situações em que o privado não pague haja um apoio suplementar do Orçamento do Estado para suprir essa circunstância. Ainda não está como é que o processo administrativo da autorização para não cometermos o célebre crime de invasão de propriedade privada se fará. Por outro lado, os tais cinquenta milhões de euros que estão no Orçamento do Estado para financiar esta operação são um montante, embora ninguém tenha a conta terminada, excessivamente exíguos. Teremos seguramente um problema complexo como é que tudo isto se financia.

Trato já da questão que o Joaquim Oliveira referenciou. Daí a frase que está completamente retirada do contexto, como é aliás típico de algumas situações de gestão política. Eu não disse que tudo aquilo aconteceu por causa do laxismo dos proprietários. Aquilo que eu disse é uma coisa que poucos dizem: a boa gestão da floresta, a boa gestão deste problema, ou deixámos de o ter, pelo menos em dimensões que não têm nada a ver com aquilo que aconteceu, exige o envolvimento de todos. Aquela coisa de apontarmos o dedo para o Governo que tem que fazer, para a Câmara que tem que fazer ou para o proprietário que tem que fazer, não faz sentido. Somos todos nós que temos uma parte a dar para a boa gestão da floresta, para baixarmos o risco da nossa floresta, para que anos como este não aconteçam. Foi isto que eu disse. Portanto, a frase que retirou da minha é esta porque é isto que faz sentido: é preciso que cada um faça a sua parte.

Aquilo que estamos a ver é que cinquenta milhões de euros para tratar desta componente é ridículo. Depois há uma outra que ainda é pior e que são os dez milhões de euros que estão disponibilizados para comprar máquinas para se fazerem as limpezas dos terrenos. Entregam estas operações às Comunidades Intermunicipais mas ainda ninguém percebeu, e já vamos, pelo menos, na segunda reunião com os Secretários de Estado que estão envolvidos nesta operação autarquias locais, proteção civil e florestas, ainda ninguém percebeu como é que se vai fazer isto: quem compra a máquina, quem gere a máquina, quem opera. Não sei se temos consciência de quanto custam estas máquinas e a exigência de qualificação dos operadores e a exiguidade de operadores no mercado para as operar; estamos a falar de máquinas pesadas especiais. Ninguém ainda percebeu como é que isto se vai fazer. E a outra que são as tais cem equipas de sapadores que, como é público, essa está com o granel total nomeadamente na interação entre os bombeiros e o Governo e na disputa dentro das várias organizações que representam os bombeiros; são conhecidas as posições da Liga e, agora, da Federação Nacional dos Bombeiros Portugueses. Qual é o problema? É que, de facto, não são precisos sapadores porque os bombeiros voluntários estão todos assentes em equipas de profissionais e o que nós precisamos é de capacitar mais, financiar mais, as equipas de profissionais que todas as corporações de bombeiros voluntários têm. Esta é uma dimensão nacional que nos afeta e que é muito importante para a gestão destas próximas semanas e meses deste dossier tão importante e tão complexo.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[032](#)

“Senhor Presidente, há diversas questões que o PCP tem hoje para colocar. A maioria das quais não serão novidade para o Senhor Presidente de Câmara, são assuntos que

eventualmente já terá conhecimento, mas parece-nos que o Senhor Presidente prestasse um esclarecimento nesta Assembleia em relação a estes aspetos.

O primeiro, que é um assunto muito importante, cujo âmbito ultrapassa este mandato, e prende-se com no mandato 2009-2013 esta Assembleia Municipal ter aprovado uma Moção que pretendia fosse atribuída um nome de uma rua ao Comendador da Liberdade José Neves Amado.

A verdade é que tal justíssima atribuição ainda não foi feita, os anos passam, e recorde-se que essa votação foi feita neste órgão por unanimidade. É da mais elementar justiça que aquele ilustre aveirense pudesse dar andamento e tivesse cumprimento essa votação que aqui teve lugar.

Segunda questão que queríamos colocar, é do conhecimento público, o facto dos condutores da Aveirobus estarem neste momento a lidar com vigilância de Câmaras sobre si próprios. Uma situação que no nosso entender é uma situação de abuso de autoridade. E a Câmara Municipal por ser a concessionária deste serviço deve tomar partido aqui e de facto chamar atenção daquilo que tem sido esta situação na Transdev.

Sobre a Aveirobus cumpre-nos chamar também atenção de os meses de concessão vão sendo ultrapassados e a verdade é que há horários que são necessários, nomeadamente para as populações da zona de Eixo e de Esgueira. Há horários que são importantes e que não são feitos. Portanto há um serviço que a autarquia paga ao grupo Transdev e que não é servido aos utentes.

E foi igualmente noticia recentemente também uma descarga de lixo por parte da empresa num coletor público de Mamodeiro. Uma empresa chamada AmbiPombal, SA.

É do conhecimento público e era importante o Senhor Presidente dar notas se estas situações e em que quadro estas descargas se deram — e se eventualmente ainda se continuam a registar. Porque é necessário fiscalizar esta situação e pará-la imediatamente.

É também do conhecimento público e naturalmente também da Senhora Presidente de Junta de Esgueira, as queixas por parte dos municípios relativamente à rua das Ervideiras em Taboeira e do estado degradado em que se encontra aquela via.

Há ainda a situação da estrada em Verba, que já foi hoje aqui trazido, estrada que se dirige para a empresa Riablades, houve uma situação grave que foi tornada pública, grave. Bom, não vou estar a comentar o teor da reportagem, mas há ali sinalização de situação uma degradante em que a Câmara Municipal de Aveiro terá de aferir as suas responsabilidades e terá de tomar as medidas necessárias.

É ainda uma situação que preocupa o PCP e que merece atenção em nosso entender a segurança em que se encontra no estádio Mário Duarte. De facto há lá um problema de segurança, não estamos a dar novidades a ninguém, a PSP tem as maiores reservas em relação áquilo, há ali atos que não são da nossa natureza discutirmos aqui porque não são da nossa responsabilidade, mas há notícias de um estádio que não tem as condições necessárias e sobre o qual a Câmara de Aveiro tem ainda responsabilidades. E portanto cumpre-nos perceber a situação do que é que a Câmara de Aveiro pode fazer para rapidamente resolver o problema.

Estas são as grandes questões que tínhamos aa colocar. Mas há ainda um aspecto importante que gostaríamos de colocar.

Foi noticia na semana passada duas contratações que terão sido feitas, sem concurso público, pelo valor de 50 mil euros para dois anos. E são duas contratações Senhor Presidente de Câmara que nos suscitam as maiores reservas.

Suscitam as maiores reservas porque consideramos que para aquilo que foi divulgado das tarefas a desempenhar a Câmara Municipal de Aveiro tem quadros mais do que suficientes e experimentados.

Da mesma forma que nos parece contraditório que, um município, que é capaz de pedir aos seus municípios os maiores esforços fiscais atendendo áquilo que são as dificuldades presentes e que não se escondem, seja capaz de fazer um gasto destes cuja natureza é altamente dúbia, isto para dizer o mínimo e, portanto, para não nos alargarmos na conversa, tenho dito Senhor Presidente.”

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰³³

Presidente da Mesa⁰³⁴

Vogal António Neto (BE)⁰³⁵

Vogal Raúl Martins (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁶

“Muito obrigado Senhor Presidente. Para fazer uma questão que gostava de ver respondida com seriedade que é a seguinte: tanto quanto sei está a decorrer um concurso para recolha dos resíduos sólidos. E corre o alarme público e enfim, a boca em boca é muito complicado, e diz-se que os novos requisitos de higienização dos contentores são menos rigorosos do que eram no passado. Sendo certo que tem havido problemas de saúde pública em todo o país, e ao que parece também ligados a uma das empresas que está a concorrer e que certamente até está bem classificada, gostava de saber senhor Presidente se se mantém a higienização dos contentores em nível de periodicidade. Isto é, se os contentores são maiores, essa periodicidade tem de ser maior. Portanto saber se isso está a ser equacionado.”

Vogal Ana Seiça Neves (PS)⁰³⁷

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁸

“Bem eu aproveito e gasto alguns minutos só para insistir no mesmo tema e para sensibilizar o Senhor Presidente e também toda a Assembleia. Isto é um órgão parlamentar, de debate, não é um reunião onde viemos todos fazer perguntas ao Senhor Presidente e o Senhor Presidente nos responde se quer ou não. O Senhor Presidente é convidado a participar na Assembleia Municipal. E esta alternância te a ver com a alternância democrática. Por exemplo, poderia responder agora ao Filipe, em relação à questão que ele colocou, eu por exemplo tenho uma opinião diferente da do Partido Comunista Português. Eu acho que ele fala das duas contratações que foram feitas, um assessor económico e outro assessor cultural que aparecem enunciados na comunicação como fazendo parte do Senhor Presidente da Câmara. O concurso foi publicado a 12 de Dezembro, mas o contrato foi assinado a 4 de dezembro, a intervenção do meu colega Filipe Guerra, diz ele que não houve procedimento público, do meu ponto de vista está errado, houve sim. Foi um ajuste direto – tanto que está publicado na plataforma.

Eu diria era o seguinte: o Senhor Presidente tem e dispõe porque a lei lhe confere, nomeação de cargos de nomeação política da sua confiança. Tem direito a chefe de gabinete, a um assessor, a uma secretária, ponto. Os senhores Vereadores também podem ter secretários de nomeação política – também nada a dizer.

Este caso é um bocadinho diferente. E, num município FAM, intervencionado, com IMI no máximo, 100 mil euros em dois anos é dinheiro, diria eu.

Sobre também uma intervenção do Boletim Municipal. Senhor Presidente, eu peço que não me leve a mal estar a dizer isto, porque não é propriamente uma crítica específica à sua figura ou à sua presidência, porque eu já fiz esta crítica ao Dr. Alberto Souto e era da meu partido e fazia também uns boletins municipais. Inclusive mereciam algumas intervenções do Dr. Carlos Candal a dizer: “boletim municipal, bom papel, boa qualidade, etc, etc”.

E é um bocadinho isto. Eu sou contra os Boletins Municipais e não ficaria bem se não lhe transmitisse isto. Já muitos presidentes de câmara eleitos pelo meu partido o fizeram,

inclusive nesta autarquia o Dr. Alberto Souto, mas eu sou contra porque acho que não faz sentido este gasto de dinheiro. Percebo que o Senhor Presidente o faça, percebo que outros presidentes de câmara o façam, eu pessoalmente sou contra e gostaria de lhe transmitir isso pessoalmente e nesta casa.”

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[039](#)

“Esta minha intervenção é sobre o plano municipal de defesa contra incêndios. Que é obrigatório por lei como sabemos. E o que me chamou atenção foi uma certa proactividade do relatório de atividades que remete e bem coisas para o âmbito da CIRA, mas que em contraste com o que acabamos de ouvir, isto é “para fazer bem é preciso cumprir a lei” e sabemos que desde 2012 temos uma nova legislação que obriga a este tipo de planos contra os incêndios, que tinha como intenção reforçar as componentes de gestão e de adaptação aos aglomerados a manutenção das faixas de combustíveis.

Em 25 de Agosto deste ano só Aveiro e Castelo de Paiva não tinham este plano aprovado e São João da Madeira, que pedia escusa, por não ter área florestal relevante.

Isto não nos deixa bem na fotografia e imagino que haja razões que o justifiquem e essa é a razão da minha interpelação. Não quero tirar daí grandes reparos, uma vez que a coisa se consumou, mas há um nível de responsabilidade política que pode estar aqui em causa.

Mas mais do que isso (e é o meu contributo) tendo sido perdida uma oportunidade (se é que foi) por não termos esse plano nesta altura e ocorrido nas circunstâncias que são particularmente desagradáveis, perante a sua queixa de que era difícil fazer isto, se nós aproveitarmos agora a elaboração do plano e remeto para o que vem a seguir nas GOP (eu sei que é outro assunto), que se vão implementar medidas do plano, que ainda não foi feito, mas que se “propõe” reformar. É a palavra usada. Por isso eu penso que seria do mais útil e mais conveniente oportunidade utilizar a elaboração deste plano ou reforma fazer esse trabalho com os agentes, com os municípios. Porque a gente sabe que muitas das vezes os planos são letra morta — e depois o Senhor Presidente diz “temos é que falar com os proprietários etc.

Duas questões. Uma, como avalia esta questão de não termos o nosso plano municipal de segunda geração da Floresta e de Defesa Contra Incêndios. E uma segunda, que é como perspectiva esta reforma que é referida nas GOP e só porque são dois pontos referidos, me pareceu que o assunto não está suficientemente claro. Só isso. Obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS)[040](#)

Vogal Carlos Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[041](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Cumprimento todos os presentes. Relativamente a este documento gostaria de deixar aqui três ou quatro notas.

A primeira tem a ver com a liquidação das empresas municipais que está em curso. A pergunta é muito objetiva: concluiremos este processo (ou não) no ano de 2018? Ou iremos ter este processo a arrastar-se para o ano subsequente do ano 2019 e o que é que poderá impedir que a liquidação aconteça, até porque está decidida já algum tempo e tem vindo a prolongar-se para além do tempo que seria o estimado.

Outra questão tem a ver com transportes. O processo de concessão inicialmente teve um resultado abaixo daquilo que seria as expectativas. Tivemos depois nota do Senhor Presidente que a coisa tinha melhorado, mas não há aqui nenhuma menção aos transportes públicos. E portanto tendo a Câmara uma concessionária, eu diria que devia fazê-lo para que possamos acompanhar a boa execução da concessão. Não temos nenhuma nota disso.

É evidente que verbalmente poderá vir dizer que as coisas estão todas a correr bem, mas muito importante que houvesse matéria de facto para podermos apreciar não só as questões do investimento contratualizado, mas também as questões de execução porque me parece que há algumas coisas que não estão a entrar no tempo certo e que estavam previstas no contrato de concessão. Para além das queixas dos utentes, etc. etc.

Uma outra questão prende-se com o facto do processo de recolha de resíduos urbanos. Nós, enfim, soubemos de uma situação complexa que desembocou numa ação judicial, gostávamos de saber o ponto de situação sobre isso. Saber se o concurso está a decorrer, como é que se compatibiliza estas duas coisas ou se corremos o risco de ter algum percalço do ponto de vista da continuidade da prestação de serviços.

Uma questão mais ligeira tem a ver com o plano de feiras que aqui está. São feitas apenas referências parciais e como sabe há duas feiras emblemáticas em Aveiro “Feira de Março” e a mítica “Agrovouga” e portanto não está aqui, suponho que não desapareçam, mas é sempre bom perceber por que é que não aparecem aqui no documento.

Finalmente, do mesmo modo que solicitei para os Transportes, seria também interessante perceber o que é que tem acontecido em termos de Turismo. Já sei que o Senhor vai dizer que temos um boom de turismo e que está tudo muito bem, mas é importante perceber, com números, a evolução nesta últimas temporadas em termos turísticos. E sobretudo perceber, também, o que é que a Câmara tem em mente para manter o crescimento nesse sector económico. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[042](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. O Senhor Presidente de Câmara está aqui com um problema, tem um deputado do PS que quer cortar o Boletim tem outro que quer mais um boletim. A oposição causa assim uns problemas interessantes para resolver.

Também foi acusado na campanha eleitoral de ter andado a fazer inaugurações à pressa e não ter obra para apresentar e afinal, obras em curos, obras em concurso, obras a serem terminadas. Nem todas as obras têm grande visibilidade mas o que é um facto é que a cidade está a mexer e mexerá mais no futuro certamente.

Relativamente a aspetos que gostava de realçar neste período a que se refere o seu documento, parece-me interessante a consolidação da Bienal de Cerâmica Artística. Ainda não atinge um número muito grande de visitantes, mas o facto é que cada ano que passa são mais os visitantes, são mais os concorrentes e são mais os espaços onde as várias exposições e os vários eventos decorrem. E portanto, parece-me que deve continuar a ser um evento chave de dois em dois anos.

Também a recente notícia da Câmara passar a deter o estatuto de fundador, junto da Fundação de Serralves, parece-me extremamente importante não só pelas exposições que podemos vir a ter em Aveiro, mas também pelos acessos em condições favoráveis que podemos vir a ter para as nossas escolas, para as nossos seniores. É algo que já se falava há bastantes anos, finalmente está concretizado.

O Programa de Boas festas em Aveiro também é um programa que cada ano que passa mais se consolida, com mais exposições, mais eventos. E portanto todas estas actividades na área da Cultura estão a servir de base para aquilo que todos pretenderemos, poder vir a ser capital Europeia da Cultura daqui por 10 anos.

Também entendemos como importante a conclusão das habitações sociais cujo concurso vai ser agora lançado. E portanto é outra área de atuação da Câmara da qual já há muitos anos não havia notícias e finalmente recuperam-se habitações e vão dar-se a quem delas precisa.

Tenho também duas observações para fazer ao Senhor Presidente. Uma na Rua Manuel Maria da Rocha Colmeiro, vulgo circular de Esgueira, foi feita uma sinalização

horizontal a reduzir faixas, que no sentido Aveiro/Olho d'água quer no sentido contrário. Acontece que a sinalização vertical nunca foi colocada e portanto quem vai de Aveiro para o Olho de Água não se apercebe que se reduz a uma faixa porque falta a respetiva sinalização vertical. E a sinalização vertical de quem entra no viaduto vindo de Esgueira continua a ter a perda de prioridade. E o mesmo se passa no nó de Mataduços. Aí menos grave a questão da sinalização porque a zona de entrada já é uma faixa, mas de todos modos falta a sinalização vertical. Também nesta zona entre o nó de Mataduços e a rotunda do Olho de Água a iluminação pública existente é claramente inexistente.

Eu sou do tempo em que a estrada era estreita, antiga, e quando foi feito o alargamento para quatro faixas, que é o que existe hoje, não foi reforçada a iluminação pública. Particularmente na zona da passadeira que dá acesso do Bairro antigo do Olho de Água ao Bairro novo, onde há uma padaria, a zona da passadeira é particularmente escura. Particularmente perigosa. Portanto eu acho que é necessária uma intervenção urgente, designadamente a colocação daqueles Candeeiros de iluminar passadeiras, mas toda aquela zona precisa de iluminação pública reforçada no viaduto e nas duas faixas de rodagem.

Outra situação que me preocupa, não tenho como saber como é possível, mas é o acesso de meios de socorro aos recintos desportivos da baixa de Santo António e do Parque dito da Sustentabilidade. Eu não sei se for necessário uma ambulância ir ao Parque mais próximo ao Infante D. Pedro, eu não sei se a ambulância lá consegue chegar. Porque o caminho é estreito e tem as condutas pluviais de lado e portanto, eu hoje em dia vejo que os meios de socorro costumam ir o mais perto possível das pessoas acidentadas. São zonas de prática desportiva, não é propriamente a minha área mas tenho a impressão que ter de fazer uma evacuação de alguém que dê um trambolhão e que faça uma fratura ou um outro problema do género não será fácil.

Aliás, eu não como puderam ser aprovadas as licenças das zonas desportivas se não existem acessos para meios de socorro para essas zonas desportivas. Mas não estando penso que deveria ser algo que devia ser revisto no futuro pela Câmara. Obrigado.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[043](#)

“Sobre este tema da Atividade Municipal desejava referir-me a alguns pontos e desejava começar pelos incêndios do dia 15 de Outubro e dar uma palavra de agradecimento e de apreço aos bombeiros novos e aos bombeiros velhos assim como os de Albergaria que ajudaram também nesse dia trágico. De realçar nesse combate a presença efetiva no terreno da Proteção Civil Municipal. Designadamente do Senhor Vereador Jorge Ratola e do Senhor Presidente da Câmara.

De registar também que neste dia trágico o concelho viu-se com poucos meios. Foram só os meios dos bombeiros locais e de Albergaria e não teve qualquer apoio de meios aéreos, que ao contrário das previsões de meteorologia e do parecer da autoridade nacional de proteção civil, os meios aéreos já estavam desmobilizados.

Desejava também registar o lançamento do concurso de rendimento apoiado para a habitação social, após as obras encetadas nas habitações que não tinham condições de habitabilidade.

Desejava também realçar neste período a assinatura do protocolo entre a Câmara Municipal de Aveiro e a Fundação Serralves que possibilita dinamizar mais o nosso concelho e atrair mais pessoas àquela entidade cultural.

Desejava também registar o apoio dado ao Banco Alimentar na sua realocização. E por fim, falar de algumas obras. Obras que parece que em andamento causam alguns incómodos a alguns. Apraz-me registar aqui, ouvindo o Senhor Presidente, que as obras ditas como obras eleitorais, ou antes das eleições, não eram obras eleitorais. Porque as

tais obras ou terminaram ou estão em franca laboração. Assim é nas escolas, nas unidades de saúde, nas ruas, nas praças ou praças.

E já agora sobre vias de comunicação e estradas desejava saber se o Senhor Presidente nos podia informar sobre o estado do processo de duas vias nacionais que se encontram no concelho de Aveiro e que apresentam grave estado de segurança e estou a referir-me à ligação sul à autoestrada A1, no troço Aveiro/Mamodeiro e a outra que também sendo nacional, localizada na ligação de São Jacinto à Murtosa, onde o seu estado de não segurança já proporcionou graves acidentes, alguns fatais para os automobilistas que circulam nas estradas do nosso concelho.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁴

“Procurarei ser objetivo e sumário para tentar responder a tudo. Garantindo ao Sr. Dr. Raúl Martins a seriedade e desconsiderar a sua intervenção porque tudo o que aqui direi é sempre no cumprimento escrupuloso da seriedade. Portanto escusa de solicitar para qualquer questão em particular porque esse é um preceito que eu uso para todas as situações no meu exercício como Presidente da Câmara.

Filipe Guerra gostava de lhe dar nota que já pedimos esclarecimentos ao grupo Transdev Aveirobus sobre a tal questão que o PCP levantou.

Nós estamos a acabar a avaliação com a empresa do primeiro ano. Há várias questões, o Francisco Picado também falou disto, que é preciso melhorar. Temos uma questão delicada que é a formatação jurídica dos, entre aspas, trabalhos a mais. Estamos agora a ultimar porque temos que fazer uma adenda ao contrato para ir a visto do Tribunal de Contas, obrigatoriamente. E também para percebermos nesta interação dessa construção e do Visto como é que serão outros ajustamentos que queiramos fazer no futuro.

Estamos a fazer a amarração daquilo que aconteceu na execução deste primeiro ano e também a criar ordem jurídica para outros ajustamentos no futuro em situações que algumas delas estão cadastradas. São poucas, mas são algumas já cadastradas, em algumas das nossas linhas. Além da grande alteração que houve em Março e que agora está a ser feita a sua formalização para ir a Visto de Tribunal de Contas com a figura de Adenda.

Aquilo que aconteceu da empresa que falou é um crime. A empresa que fez a descarga que fez, fez um crime. Em Portugal há entidades que estão a actuar para gerir crimes, nomeadamente o crime ambiental. A Câmara de Aveiro não tem nada a ver com o assunto. Lamenta obviamente que tenham vindo cometer um crime ao nosso município. Eventualmente dava jeito, estava ali à saída da autoestrada; não sei qual foi o percurso do camião. Mas estamos a falar de um crime que está a ser tratado, tanto quanto sei bem, para se sancionar uma entidade, uma empresa, que cometeu um crime e não são as câmaras municipais, como todos temos noção, que gerem crimes no nosso país.

A rua dos Ervideiros é uma que está na nossa operação de qualificação na área de localização empresarial chamada Aveiro-Norte ou de Taboeira. É um objetivo que está assumido.

Neste momento está uma empresa a fazer um trabalho fundamental que é cadastrar e topografar para seguirmos com os projetos e com a nossa candidatura que tem uma reserva, em sede de mapeamento, já aprovada pela Comissão Europeia, de três milhões de euros. A obra de maior envergadura financeira é exatamente a qualificação da rua dos Ervideiros porque foi feita para servir de acesso a pinhais e algumas habitações e que hoje é uma via já com um tráfego relevante para servir unidades industriais. Portanto, a sua desadequação é total em relação à capacidade de carga, em relação à rede de águas pluviais que não tem, entre outras componentes.

A rua da Riablades, aproveito para responder também à questão colocada pela Virgínia Matos no PAOD, é uma questão chocante.

Eu tratei a reportagem com um ofício de protesto formal ao Presidente do Conselho de Administração da SIC, Dr. Francisco Pinto Balsemão, que me respondeu, — a resposta chegou exatamente na terça-feira passada.

Depois disponibilizarei ao Sr. Presidente para disponibilizar a toda a gente a minha carta de protesto e a carta de resposta. Mas lerei só duas partes. Uma em que lamento muito e protesto com veemência contra a falta de carácter no tratamento da conversa que tivemos (eu e a jornalista) tendo eu, depois dessa longa conversa, confiado na jornalista Ana Paula Félix para poder usar a conversa que tivemos e que foi completamente deturpada. Além de outros aspectos a frase “não quero saber desta senhora para nada” não foi por mim proferida e a ideia que partilhei que estávamos a tratar com a empresa Riablades de executar o projeto a e obra de qualificação do projeto da estrada em causa dado ter sido uma obra da responsabilidade dessa empresa e que destruiu completamente a estrada, facto ocultado na peça do programa. Referi-me ao facto de querermos resolver o problema às centenas de pessoas que utilizam aquela estrada, incluindo as que são utilizadoras dos transportes públicos municipais e não apenas à Sra. Conceição Gonçalves Maria, em causa no programa.

Portanto são duas das partes deste ofício e aquilo que aconteceu é uma vergonhosa peça jornalística. Aquilo que é matéria é o que nos preocupa e tem sido muito difícil chegar a acordo com a empresa. Eu também disse, com palavras diferentes, que é uma empresa alemã de um rigor de processos, de uma exigência na defesa da sua despesa muito diferente daquilo que nós estamos habituado — e quem conhece outras empresas alemãs que nós temos no nosso Município sabe que é exatamente assim. E aquela ainda tem uma nuance, que também expliquei à jornalista, que não queria saber disso para nada, e que foi a delicadeza maior daquela obra. É que aquela obra é em Vagos. Licenciada pela Câmara de Vagos, e este arruamento e no Município de Aveiro e quando a Câmara de Vagos licenciou não fez a auscultação formal da Câmara de Aveiro que, eventualmente, na altura, se fosse avisada, tinha chamado a atenção que a ampliação da Riablades ia causar grave dano a esta via.

O que acontece também é que a via era uma via péssima, sem rede de águas pluviais. Um dos problemas que a D. Conceição tem, é que quando chove, ou quando chovia, agora estamos numa fase em que não chove, ela também não podia passar da sua casa para o lado de Verba porque a água ficava na estrada porque não tem rede de águas pluviais. E não podia sair à noite porque a estrada também não tem rede de iluminação pública. Aquilo que nós estamos a tratar com a Riablades não é refazer a estrada. Refazer a estrada sim, queremos que seja a empresa a pagar, às vezes diz que sim, às vezes diz que está a pensar, outras vezes diz que está a pedir autorização à Alemanha (é uma multinacional e não tem autonomia total de decisão) e a outra parte de via com rede de águas pluviais e iluminação pública pagará, obviamente, a Câmara porque não admitimos que se faça uma estrada nova, em termos de estrutura viária, de plataforma viária, e que fique outra vez com outros problemas graves, que não foram citados no programa e que são parte da vida dos problemas da D. Conceição, que é não haver rede de águas pluviais e não haver iluminação pública.

Quanto à segurança do estádio Mário Duarte, Filipe Guerra, a PSP diz que não pode operar num campo que é ilegal. É tão simples como isto.

Todos sabemos disto, a Câmara tem uma solução, o Beira-mar tem uma solução, faltam poucos meses para executar a solução. Quem é que vai fazer investimentos no estádio velho? Ninguém. O estádio velho se hoje fosse qualificado era uma operação de muitos milhões de euros. Quem é que vai fazer isso? Ninguém vai fazer isso. Mas temos uma solução e estamos a trabalhar diariamente, as nossas equipas, para a concretizar e,

depois, fazer a imediata demolição do velho Mário Duarte e preparação dos terrenos para entregarmos ao Ministério da Saúde, para fazer a ampliação do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, na sua componente Hospital Infante D. Pedro.

Quanto aos assessores que contratei, deixar claro que, tenho a equipa completa. Não é razoável fazer aqui explicitação das minhas escolhas seja em relação aos Vereadores que escolhi, às três secretárias e ao secretário e aos três assessores mais de natureza política e mais dois que temos. Nós somos cinco assessores, embora a palavra seja errada, porque como sabem a palavra assessores não existe, é do nosso calão político, são prestadores de serviços: temos dois juristas, temos um gestor cultural, temos um gestor de comunicação e temos um gestor para a gestão do Parque de Feiras e Exposições e do Estádio Municipal de Aveiro.

Tudo isto, em primeiro lugar, porque a Câmara não tem recursos disponíveis a este nível. Segundo, porque nós temos um município que tem que fazer mais, tem que fazer muito melhor, e obviamente não é com a equipa, em termos de quantidade que eu tinha, que o ia conseguir. Relembro, disse isso aqui várias vezes, que a equipa que tínhamos no anterior mandato, em quantidade de pessoas, em termos de gabinete, era metade da que eu tinha quando presidi à Câmara municipal de Ílhavo. Portanto, completamente desproporcionada em relação àquilo que é a necessidade, com pessoas a fazer o trabalho de duas e três pessoas, o que depois não é possível a elevação para um patamar de excelência que é o patamar onde queremos chegar. Chegámos a um patamar bom, mas temos que reforçar, em quantidade e em qualidade, a equipa para chegarmos ao patamar que fixámos para este mandato que é o patamar da excelência e é para aí que vamos. Temos uma boa equipa, completa, gente com qualidade, competente, com confiança absoluta nas suas competências ao nível profissional e político para seguirmos cumprindo o nosso mandato e o nosso objetivo político que é concretizar o compromisso político que assumimos com os nossos concidadãos.

A loja BUGA está aberta. Esteve fechada por causa de um problema de saúde do funcionário e temos já uma solução prevista para o substituir em definitivo, porque ele está a poucas semanas de ir apara a reforma. Já lá está a colega que, além do mais, fica com as rotinas de gestão para poder substituir o colega que esteve de baixa quando se aposentar.

Os critérios do concurso para a habitação social são correctos, são normais. Nós temos uma lista de pré-inscritos de seiscentas e cinquenta pessoas. Esta regra, por exemplo, dos dez anos, que não é municipal, muitos municípios já fazem também isto, é para impedir que um grupo de cidadãos que existe no país inteiro e que anda assaltar de sítio em sítio para ter uma casa melhor e mais nova — isto existe, não foi inventado.

Felizmente temos quarenta de dois fogos, infelizmente, por outro aldo, são só quarenta e dois fogos. Estamos à espera de quê? Que o programa de qualificação de habitação social que o Governo está a executar venha para a rua imediatamente. Temos trezentos e cinquenta fogos de necessidade suplementar. Esperamos que seja um bom programa, com disponibilidade financeira porque temos carências a esse nível.

Temos feito o nosso trabalho para que esse programa venha para cima da mesa para nós resolvermos outros problemas que precisamos, com regras desta natureza que são regras corretas e sensatas.

Há um equívoco, António Neto, já lhe disse isto várias vezes, o canil intermunicipal não é uma superestrutura. O canil intermunicipal vai ter, nesta fase da sua vida, quatro pólos, que são quatro pequenas estruturas, usando a sua terminologia de super, que vão ter um funcionamento absolutamente independente apenas com uma gestão intermunicipal, com uma equipa de veterinários, com uma equipa de tratadores-apanhadores. Mas isto não é um edifício gigante num sítio; é um edifício que já existe, o único que temos legalizado que é o de Ílhavo e mais três de pequena dimensão (um em Aveiro, um em Águeda e um em

Ovar) e é a gestão do conjunto à escala intermunicipal que lhe dá esse carácter. Não é nenhuma super-estrutura. Quando falamos de dois vírgula cinco milhões para três edifícios, estamos a falar de uma verba que nada tem de exorbitante, nem de super verba. Estamos a falar de algo que tem uma dimensão normal, em relação a quem conhece quanto custam estruturas que têm que ter qualidade, que têm que cumprir as regras, como é evidente.

A questão do cais de S. Jacinto já aqui falámos muitas vezes, é apenas uma questão de memória da sua parte.

Dr. Raúl Martins, quanto ao concurso de resíduos urbanos, eu não sei o que é o alarme público que referencia, sinceramente. Eu ando atento, ouço, não vejo alarme público nenhum. Já explicámos aqui. O caderno de encargos é um caderno de encargos rigoroso, mantém o padrão de qualidade que temos hoje, que é um bom padrão de qualidade.

Por exemplo, nas lógicas de baixarmos o número de contentores porque aumentamos a sua capacidade, passamos de oitocentos litros para mil e cem, uma das tarefas que vamos ter a mais, em quantidade, são exatamente as lavagens de contentores.

Não só porque vai haver um tempo maior de permanência do lixo em cada um deles, mas porque atualmente entendemos que em várias zonas a quantidade de lavagens é curta e queremos aumentá-la. É isto que está no caderno de encargos que está afixado desde o dia em que lançámos o concurso público.

Ana Maria Seíça Neves, a perspectiva que temos do edifício da actual biblioteca é ter uma das componentes do Arquivo Municipal, nomeadamente na relação com os cidadãos, naquela componente do arquivo que vai ficar mais disponível, mais acessível para os nossos concidadãos. Mas este é um processo que ainda carece de aprofundamento e de decisão final que ainda não está, no âmbito de um processo que ainda estamos a trabalhar e que é a definição total daquilo que vai ser a gestão do arquivo na nossa Câmara Municipal.

Esperemos agora que aquele protocolo do Tribunal do Comércio que assinámos no Verão com o Instituto seja cumprido e que agora as coisas andem para a frente, objectivamente.

Quanto a decorações de edifícios, nós não decorámos nenhum edifício com decoração de Natal. Porque achamos que temos edifícios muito bonitos que não precisam de decoração natalícia, nomeadamente os Passos do Concelho, a Fábrica Jerónimo Pereira Campos ou o edifício da Antiga Capitania. Decorámos espaços públicos envolventes, edifícios não. É uma opção discutível como todas, mas foi a nossa opção.

Fernando Nogueira, o programa municipal de florestas o problema que nós temos é o seguinte. Nós temos plano. O Plano não entrou formalmente em vigor por uma birra do ICNF. Aliás, que é normal haver birras do ICNF. Quando agora estamos em revisão é já a tratar do novo enquadramento, havendo a dúvida se podemos ter planos intermunicipais, o que faz sentido para algumas componentes na gestão desta matéria. Mas nós temos plano e gerimos com o plano. Não está formalmente em prática por uma birra formal, posso além do mais facultar o documento que explica essa questão do ICNF.

Cada vez mais a nossa lógica é uma lógica de integrarmos todos estes planos no Plano Director Municipal, também por questões de autonomia, porque o ICNF não faz nada, não fiscaliza nada e depois põe-se com burocracite que não nos permite ter planos legalmente eficazes.

O nosso plano esta operacionalmente eficaz e é assim que o gerimos, falta-lhe a personalidade jurídica que queremos, como é lógico, que tenha toda a plenitude de um instrumento de gestão do território tão importante como este.

Dr. Marques Pereira, PEDUCA não é um instrumento de gestão territorial, como sabe. Já fizemos várias ações de divulgação e vamos fazer mais. Estamos sempre ao dispor, temos feito mil reuniões. Compreenderá que nós temos muitos projetos e não é possível nós fazermos a discussão pública das dezenas e dezenas de projetos, mas também temos

consciência de que alguns têm uma importância maior. Na próxima discussão pública do PEDUCA que já está a ser agendada para o início do ano peçam uma reunião. O Rui Alvarenga pediu-me uma reunião, como membro da Assembleia Municipal, e tivemos uma hora e meia, duas horas, a falar daquilo que ele propôs. É outro instrumento que os membros da Assembleia têm que é reunir connosco, com papéis à frente, explicar projetos. É diferente do que estar a cumprir formalidades. Temos que cumprir, é um espaço importante que devemos continuar mas há pormenores, coisas, que esta ambiência não propícia como o queremos fazer com qualidade e com profundidade.

Na revisão do PDM a peça que, neste momento, está a ser tratada é a Reserva Ecológica Nacional. Tudo foi parado porque a CCDR nos exigiu uma nova carta de REN. Contratámos o IDAD que está em plena execução, estamos em fase de fecharmos com a CCDR a estruturação da carta e durante o primeiro trimestre teremos essa carta pronta para que outras componentes que aguardam conclusões dessa carta fundamental possam prosseguir.

Em relação à questão do Francisco Picado quantos às liquidações é minha convicção que a TEMA e a MoveAveiro terminarão em dois mil e dezoito. A TEMA está neste momento a acabar o concurso de pessoal e a MoveAveiro acaba precisamente amanhã o prazo de apresentação das candidaturas do concurso de pessoal. São as duas peças que faltam para fecharmos as duas empresas. Aquela que seguramente passará para dois mil e dezanove é a AveiroExpo.

Em relação aos resíduos urbanos. Como é que estamos a gerir o concurso e a ação judicial? Com as duas frentes. A SUMA também está nas duas frentes, veio ao concurso e está na ação judicial, e nós também. O que temos de compromisso entre as duas entidades, Câmara e SUMA, é que se concurso não estiver pronto para entrar em operação no primeiro dia do pós fim do contrato com a SUMA, a SUMA prosseguirá o seu trabalho de prestação de serviços, nos termos do contrato que tem em vigor.

A Agrovouga nova e a Feira de Março não fazem parte deste mapa, são eventos especiais como já reparou noutros documentos, nomeadamente nas Grandes Opções do Plano. Jorge Greno, tomarei boa nota das chamadas de atenção.

Ao Manuel Prior dar conta que o Banco Alimentar foi um operação bem-feita, boa, qualificámos aquilo que é a instalação, seguem os investimentos do Banco Alimentar para qualificar a sua instalação e seguem os investimento na qualificação do Centro Coordenador de Transportes.

Esperámos algum tempo pela ACT para a retirada do amianto. É uma coisa inacreditável porque é que é preciso a ACT licenciar a retirada de telhas de amianto, apesar de nós termos na Câmara técnicos muito mais qualificados para certificar a remoção do amianto. Quanto às duas estradas que referenciou, que são, hoje, as duas únicas estradas nacionais que temos prossegue nossa luta junto das infraestruturas de Portugal para que se façam os investimentos que estão apazados e que estavam orçamentados quando cá chegámos em outubro de dois mil e treze. Continua tudo com muito boa vontade, mas com os grandes constrangimentos orçamentais. Continua a haver dinheiro para tanta coisa, mas para resolver problemas de trezentos mil euros na estrada que liga S. Jacinto à Torreia para se aumentar o nível de segurança, trezentos mil euros, projecto do IP, e quatro milhões de euros naquilo que ainda chamamos a 235, a variante de Mamodeiro, para isso não há dinheiro. Embora o compromisso venha ainda do tempo do meu antecessor, depois da morte de uma criança, e o compromisso, já comigo, na estrada de S. Jacinto para a Torreia depois de também ter havido acidentes mortais.

A Virgínia Matos também chamou a atenção para algumas estradas em mau estado. A principal das que referenciou é a chamada Rua Direita, em Verba, e que estamos em fase de terminar projeto que foi entregue a uma empresa privada. Lançaremos imediatamente o concurso que já tem nas GOPs está lá uma rubrica específica para dar a cobertura

financeira. A verba que lá está é uma estimativa de custos para resolver a pior daquela zona. A lógica tem sido fazer das piores obras para as menos más, algumas estradas são de maior dimensão e têm uma operação autónoma. Outras vão por grupos e estão em empreitadas de conjunto.

Quanto aos abrigos, virá cá proximamente à Assembleia o concurso da publicidade que integra a reformulação total da rede de abrigos do nosso Município. Também nalgumas destas questões há questões de iluminação pública que estão a ser trabalhadas com a EDP no quadro dos planos de investimentos anuais que vamos gerindo com eles.

Marques Pereira, amanhã, na reunião privada da Câmara, vou falar com os colegas Vereadores sobre esta questão do luto municipal. Achei muito incorreto o comunicado no facebook do Partido Socialista, mas quero, na reunião privada de amanhã, que é a primeira que temos depois da morte do Atita, ter esta conversa com os Srs. Vereadores.

A decisão do luto municipal é do Presidente da Câmara, não há normativo nem quadro legal. É uma questão de tradição.

Eu acho que nós temos uma boa tradição ao fazer-se luto municipal por pessoas que tiveram relevantes funções, nomeadamente nos órgãos autárquicos ou nalguma função não autárquica mais relevante. Eu acho que o Município tem gerido isto, ao longo da sua história, globalmente bem. Mas há um perigo nesta discussão. Se nós abrirmos isto às três pessoas que mencionou, a outras três que não falou, nós corremos o risco de ter uma discussão muito complexa porque, felizmente, Aveiro tem muita gente, alguns pouco conhecidos no nome, que tem feito coisas notáveis em pequenas instituições, em pequenas povoações, que às vezes são muito mais notáveis do que outros que repetimos mais o nome porque se cruzam mais connosco.

Mas quero, em reunião de Câmara, deixar esta questão bem tratada porque, face ao comunicado do partido Socialista que considero infeliz, não quero que a morte de alguém sirva de arremesso político.

Dr. Raúl Martins, eu comprometo-me a fazer-lhe chegar, porque acho que é importante, o estudo urbanístico que aprovámos para aquela zona. A inserção da fachada, do jardim, numa zona habitacional, uma zona comercial, o fim da Avenida da Universidade. O acordo entre nós e a nossa Universidade, a tal avenida, a mega avenida, está posta de parte. Nós discordamos desse projeto e ele está completamente abandonado, mas não discordamos da inserção da ligação da EN109 à zona do Crasto e depois a sua ligação à Rua da Pêga. Isso está devidamente acautelado. Mas não aquela mega avenida com quatro faixas, separador central, que ia demolir três casas, isso está posto de parte. Achamos que encontrámos uma boa solução mas depois de uma abordagem mais pormenorizada do Raúl Martins pode ajudar a ajustar essa sua perspectiva. Entendo que encontrámos um exercício correto embora seja sempre uma discussão difícil. Era mais sensato pegar na fachada e mudá-la de sítio? Ou construir uma réplica? Eventualmente, sim — perdia-se a alma do edifício. Tudo isto é sempre muito discutível. Nós temos o exemplo daquela obra na Rua Direita em que ficou apenas a fachada. Seria construída uma, com muito menos custos para a empresa, igualzinha àquela, mas entendemos que aquela fachada tem alma, há uma história que se conta com aquele material e não com um material moderno mesmo que fosse exatamente igual. Estamos num patamar em que as coisas são discutíveis, mas essa foi a nossa opção de manter um pedaço daquilo que a história nos entregou, repetindo que estas matérias são, naturalmente, discutíveis.”

Membros da Assembleia

Vogal Virgínia Matos (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁵

“Para três notas muito breves. Não me vou alongar muito uma vez que a hora já vai tardia. Em relação à empresa alemã que é uma empresa dotada de muito rigor nos seus

processos, não tiveram nenhum rigor ao passar com os seus camiões numa estrada em que é proibido o trânsito para camiões. Se eles são tão rigorosos nos seus processos de certeza que vão atender ao facto de terem incorrido numa ilegalidade durante tanto tempo.

Em relação à habitação social eu tenho a informação de que inicialmente eram 55 fogos devolutos. Estão apenas 42 a concurso. Gostava de saber se os restantes continuam devolutos, degradados, estão habitados, o que é que aconteceu nessa situação.

Em relação ao que está nas regras do concurso dos dez anos o senhor Presidente percebe aquilo que disse? “Para evitar um grupo de pessoas que se desloca pelo país...” Isso é extremamente discriminatório porque impede outras pessoas que não estejam nestas situações, eventualmente pessoas que possam deslocar-se para aqui para a cidade de Aveiro, por enumeras razões, de aceder a uma casa de habitação. Eu conheço situações de pessoas que não moram no concelho porque não podem pagar uma renda no concelho. Moram fora mas trabalham aqui. Então essas nunca vão poder ter acesso a uma habitação, nunca vão ter acesso a uma candidatura destas porque não têm os dez no concelho, moram fora, e que os transportes lhes são pesados.

Portanto acho que é uma questão de repensar, enfim, essa situação a nós parece-nos discriminatória.

Uma última nota, um ponto que queria salvaguardar, não tem grandes respostas, as questões das reuniões da Câmara serem marcadas em horário que não é pós laboral. Portanto continuamos a achar que isso é um erro grosseiro, uma falta de capacidade democrática, porque há muita gente que não pode assistir às reuniões camarárias por causa do horário em que ele é praticado. Apesar do período de intervenção do público ser a partir das cinco e meia, acho que ainda é uma hora muito cedo para gente que trabalha. Achamos que O senhor Presidente deveria repensar esta questão e lamentamos o facto de ainda não o ter feito. É só.”

Vogal Raúl Martins (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁶

“Senhor Presidente, serei extremamente breve. Está claro que não me poderei dirigir diretamente à Câmara, mas através de V. Exa, para saber quando é que terei disponíveis os documentos que o Senhor Presidente prometeu.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁷

“Dr. Raúl Martins, far-lhe-ei chegar nos próximos dias o dossier, como é evidente. Assumi o compromisso e cumprirei.

Virgínia Matos, é um problema de polícia, não é? Quem é que fiscaliza o cumprimento das regras de trânsito? Ainda é a Polícia, no nosso caso, na área específica é a GNR.

Aquele sinal dizem, está lá há seis ou sete anos. Foi na ponta inicial do segundo mandato do Presidente Élio Maia que ele lá foi colocado. Aquele sinal é desrespeitado quase todos os dias pela empresa.

É pública a luta desta empresa por ter um aceso direto à autoestrada e com toda a razão. Agora, depois de quatro ou cinco anos de luta, há um Secretário de Estado que deu um despacho, embora do despacho no papel até à execução no terreno ainda faltem uma série de situações. Para quê? Para deixarem de usar esta exacta estrada com transporte das pás.

É um desrespeito grave. Todos os desrespeitos, por regra, são graves, mas depois temos é que relativizar. Esta empresa para poder operar e empregar as largas centenas de pessoas que emprega, estar a crescer como está a crescer, ser hoje um dos principais utilizadores do Porto de Aveiro, tem que incumprir com aquele sinal se não, não pode operar. Ou

então tem que retirar as pás de helicóptero o que não é objetivamente possível em termos técnicos e financeiros.

Quanto aos fogos de habitação. Nós vamos usar os treze fogos para recolocação de pessoas. Nós temos pessoas em que a dimensão do agregado familiar está desajustada no sítio onde estão e outros fogos em que temos que tirar de lá as pessoas para entrarem em reabilitação. Daí essa circunstância.

Os outros treze também vão ser ocupados, mas em processo de mudança de pessoas para que os outros que estão a ser ocupados possam também entrar em obra. Aliás, vamos ter para já um concurso de mais catorze fogos noutra zona que não em Santiago, que também carecem de obras globais de reabilitação.

Quanto ao horário das reuniões da Câmara foi aquele que nos pareceu correto. Sensato. De vez em quando temos decisões por unanimidade e esta foi das mais delicadas. Temos muitos cidadãos a irem às reuniões de Câmara, muitos. Mas muitos cidadãos falam com a Câmara por outras vias sem precisarem de ir às reuniões de Câmara.

Sentimo-nos bem, em termos muita gente a ir às reuniões públicas e, portanto, não achamos que isso seja um problema. Em regra, quando fazemos as reuniões descentralizadas costumamos fazer as reuniões (voltaremos a fazer neste mandato) começaremos as reuniões mais tarde. Embora aí tenhamos o conflito com as horas da refeição do jantar. Julgamos ter uma solução equilibrada.”

Presidente da Mesa⁰⁴⁸

“Depois das palavras do Senhor Presidente, queria chamar atenção, até pelas palavras de reflexão do Senhor deputado Pires da Rosa, de facto, no âmbito desta Assembleia, a interação não é feita diretamente entre os Senhores deputados e o Senhor Presidente da Câmara.

Portanto, se os Senhores deputados pretenderem obter esclarecimentos direcionados do executivo, devem fazê-lo através da Mesa da Assembleia, que depois nos termos regimentais fará chegar esses pedidos ao executivo. E que depois remeterá as respostas a todos os senhores deputados desta Assembleia, que merecem igual respeito e tratamento como já disse na minha primeira intervenção. Boa-noite a todos.”

Continuando, o Presidente da Mesa, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando qualquer oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a ata em minuta aprovada⁰⁴⁹ por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Continuando, o Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Ordinária Dezembro, informando que a próxima reunião da sessão será no dia 22 de Dezembro (6.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 24:00 horas do dia 20 de Dezembro de 2017.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal do núcleo do Gabinete de Apoio aos Eleitos Locais, que a elaborei nos termos legais.

(03:00)